



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
XXI Curso de Especialização em Relações Internacionais

A Crise na Venezuela e as Ações do Governo Brasileiro por meio da Operação Acolhida

Michelângelo Torres

**Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção
do título de Especialista em Relações Internacionais**

Orientador: Prof. Dr. Pio Penna Filho

Brasília

2020

RESUMO

Este trabalho acadêmico é fruto de uma análise das ações do Governo brasileiro, por meio da Operação Acolhida, implementadas como ajuda humanitária em apoio aos venezuelanos que se deslocaram rumo ao Brasil em busca de acolhimento e proteção. Para tanto, foram coletados dados disponibilizados em relatórios, como também em sites oficiais como da Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil, do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, de Organismos Internacionais como o da Organização das Nações Unidas (ONU), das Agências internacionais e em sites com credibilidade nas informações. Por fim, na conclusão, têm-se breves considerações sobre a crise na Venezuela, em relação aos reflexos migratórios na fronteira com o Brasil, e sobre os resultados das ações realizadas durante a Operação Acolhida.

Palavras-chaves: Venezuela. Ajuda Humanitária. Brasil. Operação Acolhida.

ABSTRACT

This academic work is the result of an analysis of the actions of the Brazilian Government, through Operation Acolhida, implemented as humanitarian aid in support of Venezuelans who traveled to Brazil in search of refugee and protection. For this purpose, data were collected and made available in reports, as well as on official sites such as the Casa Civil of The Brazilian Government, the Ministry of Defense, the Brazilian Army, international organizations such as the United Nations (UN), international agencies and on websites with credibility in the information. Finally, in the conclusion, there are brief considerations about the crisis in Venezuela, in relation to the migratory effects on the border with Brazil, and about the results of the actions carried out during Operation “Acolhida”.

Keywords: Venezuela. Humanitarian Aid. Brazil. Operação Acolhida.

INTRODUÇÃO

A Venezuela vive uma das piores crises de sua história sem a perspectiva de uma solução a curto prazo, pois apresenta fundamentos políticos e econômicos, todos de difícil solução.

A questão é que essa crise não se restringiu somente ao território venezuelano. Ela impulsionou um deslocamento em massa de pessoas, impactando nas questões econômicas, políticas e sociais de outros países como Colômbia, Peru, Chile, Equador, Brasil e Argentina, principalmente, onde tiveram que acolher um número expressivo de venezuelanos em seus territórios, conforme a figura abaixo:

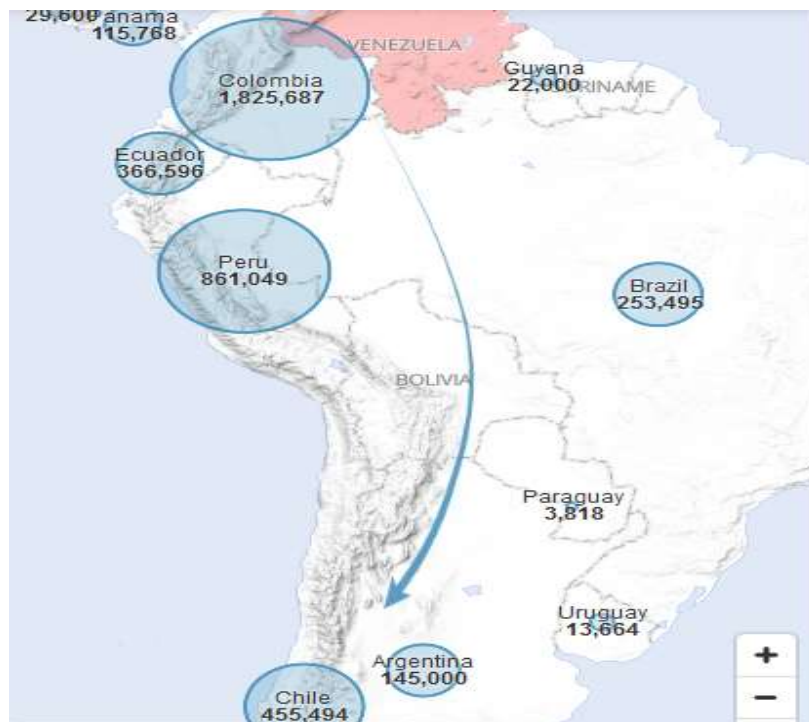


Figura 1: Países e o número de venezuelanos que pediram refúgio.

disponível em < <https://r4v.info/es/situations/platform> > acessado em: 02/05/2020.

No caso do Brasil, os municípios de Pacaraima e Boa Vista, no Estado de Roraima, são os que mais sofreram com o êxodo venezuelano, devido à fronteira e às condições favoráveis de acesso. É por lá a principal porta de entrada desses imigrantes e refugiados para o Brasil.

O Estado de Roraima, pela sua localização, dimensões e características econômicas, não conta com infraestrutura adequada para atender um fluxo repentino de pessoas vindas de fora. Assim, as estruturas dos serviços públicos daquele Estado brasileiro encontraram dificuldades em suportar as demandas dos imigrantes, tendo que decretar situação de emergência social devido ao intenso processo migratório na fronteira.

Diante desse cenário, o Governo brasileiro resolveu implementar a Operação Acolhida, considerada como um dos principais instrumentos das ações do Brasil diante da crise imigratória, visando aliviar a tensão e o colapso dos serviços públicos e sociais no Estado de Roraima.

Essa Operação conta com a participação de diversos órgãos públicos federais, estaduais, municipais, Agências internacionais, Organizações Não Governamentais (ONG), entidades civis e, em destaque, das Forças Armadas brasileiras.

Desde 2018, após seu início, a Operação continua, e pouco se tem visto nos jornais e nas mídias reportagens ou informações sobre os seus resultados. Com isso, questionamentos sobre o que vem sendo feito, o quantitativo exato ou aproximado de imigrantes venezuelanos que já foram atendidos pela Operação, e sobre os principais destinos desses imigrantes no território brasileiro motivaram a realização desta pesquisa.

A justificativa reside no fato de que recursos financeiros extras foram disponibilizados pelo Governo brasileiro, as Forças Armadas foram empregadas, venezuelanos ainda continuam a entrar em território brasileiro e a crise venezuelana apresenta comportamento indefinido, aparentemente sem solução no curto ou médio prazo. Aliás, o que assistimos é agravamento contínuo da crise.

Portanto, esse trabalho acadêmico tem por finalidade destacar as principais ações realizadas na Operação Acolhida, desde sua implementação em 2018 e até o final de 2019, visando responder aos questionamentos apresentados.

Para atingir o objetivo proposto, esta pesquisa foi dividida em duas partes, além desta Introdução, sendo o Desenvolvimento: com uma breve contextualização sobre a crise venezuelana; as principais ações do Brasil diante a crise; dados da Operação Acolhida; e, por fim, uma Conclusão acerca dos dados coletados.

Esses dados foram coletados em referências bibliográficas, em sites oficiais como o da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Defesa, do Exército Brasileiro, como também da ONU, de suas Agências, e em sites de periódicos reconhecidos nacional e internacionalmente.

Espera-se como resultado desta pesquisa uma melhor compreensão das respostas brasileiras ao repentino desafio imposto ao país por uma das mais graves crises jamais ocorridas em países da América do Sul. Objetiva-se, também, dar maior divulgação sobre a importância dos trabalhos desenvolvidos na Operação Acolhida, justificando as ações do Brasil, e os desafios a serem superados.

1. Venezuela

Conhecer um pouco mais sobre a Venezuela fez-se necessário na busca por uma visão mais ampla acerca desse país sul-americano e caribenho, visando afastar interpretações baseadas somente na crise.

Para isso, faz-se uso de um contexto que permita compreender as razões que levaram o Brasil a implementar a Operação Acolhida, consideradas como causas, como também de alguns precedentes sobre a Venezuela, no intuito de compreender melhor as motivações que levaram o país a essa situação, e, paralelamente, se elas tendem a continuar, pois refletem diretamente na questão migratória, neste caso, com o Brasil.

Situada ao norte da América do Sul, a Venezuela faz fronteira com o Brasil (ao Sul), com a Colômbia (ao Oeste) e com a Guiana (ao Leste). Ao Norte, onde está situada sua capital Caracas. O país é banhado pelo Mar das Caraíbas (caribe), que o proporciona acesso ao Oceano Atlântico.

A cidade de Caracas está a 1.258 km da cidade de Santa Elena de Uairén, município venezuelano, do Estado de Bolívar, que faz fronteira com o Brasil. Essas duas cidades são interligadas pela Ruta 10 (ou troncol), uma rodovia considerada como principal corredor migratório de venezuelanos rumo ao Brasil.

Cruzando as fronteiras, os imigrantes acessam a BR-174, que interliga os municípios de Pacaraima e Boa Vista, no Estado de Roraima, considerada a principal rota de imigração em direção às cidades brasileiras, conforme figura abaixo.



Figura 2: Principal trajeto realizado pelos venezuelanos rumo ao Brasil.

A localização geográfica da Venezuela permite reunir em seu território, de 912.050 km², belas praias, clima de verão o ano todo, riquezas naturais como petróleo, gás natural, minério de ferro, carvão, ouro, diamante, e uma biodiversidade incalculável.

Moreira (2018), destaca que a Venezuela concentra as maiores reservas mundiais de petróleo, segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e que essa fonte de riqueza, o “ouro negro”, faz parte da alma da Venezuela, responsável por moldar e forjar a política, a cultura e a economia do país.

Durante os anos de glória da democracia representativa de *Punto Fijo*, entre os fins de 1960 e início dos anos de 1980, a renda petroleira sustentou um sistema político baseado na transferência de benefícios aos grupos de interesse da sociedade, garantindo a estabilidade e a paz social, que contribuíram para a reputação da Venezuela como uma das democracias mais estáveis do mundo em desenvolvimento. E, paradoxalmente, foi a interrupção desse fluxo financeiro, causado pela depressão dos preços da *commodity* nas últimas décadas do século passado, que levou a um empobrecimento sem precedentes da população e provocou uma crise política e econômica. (MOREIRA, 2018).

Verifica-se que mesmo diante de todas essas riquezas, as medidas tomadas pelo Governo venezuelano não têm apresentado resultados satisfatórios para boa parte da população, motivando-as a deixarem o país em busca de melhores condições em outros países.

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o fim de 2019 já serão mais de **5 milhões** de venezuelanos que terão deixado o país, somente em razão da crise recente, demandando proteção e assistência em outros países.¹ Aliás, essa era uma previsão que levava em conta até mesmo a possibilidade de mudanças na política venezuelana que poderiam interromper ou diminuir a saída dos refugiados, o que acabou não acontecendo.

1.1 Uma breve cronologia sobre a Crise Venezuelana

Em 2013, com a morte do líder socialista Hugo Chávez, fundador da Revolução Bolivariana, Nicolás Maduro, Vice-presidente até então, assume a presidência do país e, ainda no mesmo ano, vence as eleições contra o opositor Henrique Capriles.

Em 2014, o então presidente passou pelas primeiras dificuldades devido às diversas manifestações por parte da oposição, liderada por Leopoldo López, e pela queda considerável no preço do petróleo, responsável pela geração em média de 96% da renda do país.

Em 2015, os Estados Unidos (EUA) impõem as primeiras sanções contra autoridades venezuelanas acusadas de violar os direitos humanos.

¹“Número de venezuelanos fora do país deve chegar a 5 milhões”.Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/06/26/numero-de-venezuelanos-fora-do-pais-deve-chegar-a-5-milhoes.ghtml> . Acesso em 08/02/2020.

Outro fator importante, ainda nesse ano, foi que a coalizão de oposição Mesa da Unidade Democrática (MUD) derrotou o chavismo nas eleições parlamentares, conquistando a maioria qualificada do Parlamento.

Em 2016, o Legislativo é declarado em desacato e suas decisões passaram a serem nulas pelo Supremo Tribunal de Justiça (TSJ), ocasionando, assim, uma disparidade no diálogo entre os poderes.

Em 2017, no dia 1º de abril, deram início aos protestos que deixaram cerca de 125 mortos em quatro meses. No dia 30 de julho, acontece um poder absoluto e totalmente oficialista, que substituiu a eleição de uma Assembleia Constituinte no Parlamento na prática, e que não foi reconhecida por vários Governos.

Entretanto o "chavismo" vence as eleições para governadores de outubro e as municipais de dezembro. A oposição denuncia fraudes.

Em 2018, ocorre antecipação das eleições. Mas diante de uma oposição dividida, a Assembleia Constituinte decide em janeiro adiar as eleições presidenciais e Maduro é proclamado candidato do partido no poder.

Um diálogo entre a oposição e o governo sobre as garantias eleitorais fracassa, e o Tribunal Eleitoral fixa as eleições para 22 de abril, data que foi posteriormente alterada para 20 de maio.

A MUD decide boicotar a votação, argumentando se tratar de uma "fraude" para perpetuar Maduro no poder e dar-lhe "aparência de legitimidade". O opositor Henri Falcón, dissidente do chavismo, deixa a coalizão de oposição e lança sua candidatura. Entretanto, Maduro é reeleito para mais 6 anos de mandato.

Em 2019, o opositor do regime chavista Juan Guaidó, assume a presidência da Assembleia Nacional Constituinte, e se autoproclama Presidente da Venezuela, sendo reconhecido por vários países, entre eles, o Brasil e os Estados Unidos, sendo que este último prometeu intervir nas questões internas da Venezuela caso o presidente Nicolás Maduro não entregasse o cargo.

Em contrapartida, a favor de Nicolás Maduro, China e Rússia passaram a proteger o mandatário, na medida de seus interesses, tais como: petróleo, gás, empréstimos financeiros, investimentos, relações comerciais e cooperação militar. De acordo com Vaz (2016) a prolongada crise que a Venezuela vem atravessando é fruto da interação de três fatores fundamentais: o comprometimento da condição de governabilidade por conta da acentuada corrosão da legitimidade do regime liderado por Nicolás Maduro, que vem empregando medidas de exceção e acirrando o isolamento internacional; o desmantelamento da economia venezuelana, tanto no plano macroeconômico, quanto no microeconômico; e o recrudescimento e generalização da crise social, exposta, especialmente, nos altos índices de violência, criminalidade e migração.

Considerando o petróleo como o principal motor do modelo de industrialização mundial, fonte estratégica e objeto de cobiça por parte de outros países, percebe-se que a crise na Venezuela se reflete no comportamento dos Estados Unidos, da China e da Rússia, diante o sistema internacional, em razão de seus interesses.

Para Morgenthau (2003), com apoio das teorias das Relações Internacionais, o comportamento dessas grandes potências, perante o sistema internacional, enquadra-se em pelo menos uma das políticas denominadas por ele como “luta pelo poder”, ou seja:

- Políticas de conservação do poder chamada de, “política do *status quo*”; política de expansão do poder, denominada “*política imperialista*”; e política de demonstração de poder, chamada de “*política de prestígio*”.

2 O Brasil reconhece o êxodo venezuelano como uma crise humanitária emergencial

Desde de 2016, o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil ganhou intensidade na fronteira, principalmente no município de Pacaraima, no Estado de Roraima. Repentinamente, milhares de pessoas começaram a cruzar a fronteira que separa o Brasil da Venezuela. Pessoas necessitadas, famintas, doentes, que buscavam um novo lar e fugiam de uma crise sem precedentes em seu país de origem.

Desde então, esse fluxo foi se intensificando e, em 2017, as estruturas locais dos municípios de Pacaraima e de Boa Vista passaram a não apresentar condições de atender as demandas da população local e as dos imigrantes, de forma simultânea.

Em 2018, a crise na Venezuela se agravou e mais pessoas passaram a buscar o Brasil como destino, resultando numa saturação na fronteira, ocasionando grandes impactos nos serviços públicos dos municípios de Pacaraima, de Boa Vista-RR e, mais recente, de Manaus-AM.

Segundo dados dos relatórios disponíveis no site da Casa Civil, a maioria dos imigrantes que chegam na fronteira com o Brasil são pessoas advindas das mais diversas regiões da Venezuela, principalmente do Estado de Bolívar, região da Venezuela mais próxima da fronteira com o Brasil, onde buscam se acomodar nas cidades.

Já no site de notícia da revista Veja, destaca-se também a entrada em território brasileiro de muitos indígenas venezuelanos, principalmente das etnias **Warao** (do Norte da Venezuela), **Pemón e Panar** (do Sul da Venezuela).

Segundo Filippo Grandi, da (ACNUR), ao migrarem para o Brasil, nem todos os indígenas são contemplados com o mecanismo de transferência de refugiados para outras cidades, em razão, segundo ele, da dificuldade de comunicação, da desnutrição, das altas taxas de contaminação virais, da falta de capacitação, e do silêncio de uma política pública específica e voltada para esse segmento da sociedade.²

André Paulo, escritor do site Conjur, destaca que os indígenas são os que mais demandam por serviços públicos. Ressalta, ainda, que eles representam um desafio jurídico, sociológico e político. Isto porque, segundo ele, transcendem a condição de imigrante e demandam proteção jurídica específica como indígenas.³

²“Situação de indígenas venezuelanos no Brasil é trágica”. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/situacao-de-indigenas-venezuelanos-no-brasil-e-tragica-diz-acnur/> . Acesso em 04/03/2020.

³Ver: PEREIRA, André Paulo dos Santos. “O povo indígena warao: um caso de imigração para o Brasil”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jan-21/mp-debate-povo-indigena-warao-imigracao-brasil> . Acesso em 05/03/2020.

Com menos oportunidades de inserção, centenas deles permanecem em abrigos no estado de Roraima, ou nas ruas, e sem perspectivas de um futuro melhor. Ficam numa situação de precariedade quase absoluta. Sabe-se também que nesse deslocamento forçado de pessoas, houve a necessidade de separar os estrangeiros entre refugiados e migrantes.

Tal razão reflete diretamente nos procedimentos de imigração, uma vez que refugiados, de acordo com a Convenção das Nações Unidas de 1951, são pessoas que estão fora do seu país de origem por medo de perseguição, conflito, violência generalizada ou outras circunstâncias que perturbaram gravemente a ordem pública, e, como resultado, precisam de “proteção internacional”.

Essas soluções passam pelo exercício do Direito Internacional dos Refugiados, que determina que as fronteiras devem estar abertas para a passagem de refugiados – que não podem ser devolvidos em nenhuma hipótese (princípio do *non refoulement*), e pela responsabilidade moral dos países em contribuir com a própria crise, com base no princípio da solidariedade internacional.

Já os estrangeiros na condição de migrantes, implicam em causas e circunstâncias diferentes, ou seja, estão sujeitos às condições e critérios previstos nas leis brasileiras, embora, respeitando os direitos humanos. Esse migrante é motivado a cruzar a fronteira em razão de um processo voluntário, por interesse próprio, e não forçado.

Outro fator também considerado importante, e que também contribui para o contingenciamento de imigrantes nos Estados de Roraima e do Amazonas, são as condições geográficas da Região Norte, e a falta de acesso rodoviário a outras regiões do Brasil como o Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul, que causam um isolamento natural.

Sendo assim, diante desses vários fatores, a intervenção federal fez-se necessária, como medida de conter a saturação na fronteira e proporcionar um acolhimento adequado e estratégico dos venezuelanos. É importante mencionar que o Estado de Roraima não conta com uma estrutura adequada para receber um número tão elevado de pessoas de um momento para o outro. Nesse sentido, a presença federal foi indispensável para que essas pessoas pudessem ser acolhidas num território desprovido de recursos necessários para uma demanda tão alta.

Primeiramente, o Governo Federal editou a Medida Provisória (MP) nº 820/2018, reconhecendo o fluxo migratório como sendo uma crise humanitária emergencial, e dando início a uma operação interministerial, denominada Operação Acolhida, voltada ao ordenamento da fronteira, acolhimento aos deslocados e a interiorização dos refugiados.

Em seguida, no dia 21 de junho de 2018, essa MP nº 820 foi transformada na Lei nº 13.648, ganhando, assim, um caráter mais permanente.

Em janeiro de 2018, o Governo Federal assinou três Medidas Provisórias (nº 823/2018, nº 857/2018 e nº 860/2018) que destinaram, no total, R\$ 280,3 milhões para essa ajuda humanitária. Em 30 de abril de 2019, por meio da Medida Provisória nº 880/2019, R\$ 223,8 milhões adicionais foram liberados pelo governo brasileiro, totalizando 504,1 milhões.

Segundo a Polícia Federal, de 2017 até novembro de 2019, mais de 500 mil venezuelanos entraram no País e 264 mil solicitaram regularização migratória para buscar oportunidades e melhores condições de vida.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) celebrou a decisão do Brasil de reconhecer a condição de refugiado de milhares de venezuelanos solicitantes desta situação. Segundo essa Agência, mais de 750 mil solicitações de reconhecimento da condição de refugiado foram registradas por venezuelanos em todo o mundo, a maioria nos países da América Latina e no Caribe. Ainda segundo ACNUR,⁴ o Brasil registrou mais de 120 mil destas solicitações, de acordo com os últimos dados oficiais, coletados até 06 de dezembro de 2019.

2.1 O Brasil diante uma imigração desafiadora

Ao chegar na fronteira do Brasil com a Venezuela, no Estado de Roraima, o imigrante venezuelano se depara com um marco que divide os dois territórios.

⁴Ver: “ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados”. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/> . Acesso em 05/02/2020.

Esse marco também é conhecido por muitos brasileiros que, em anos anteriores, passavam por esta fronteira rumo às belas praias caribenhas, consideradas cartões postais da Venezuela.

Entretanto, o que antes eram dezenas, hoje são centenas de pessoas que passam, por dia, em direção ao Brasil, na esperança de serem acolhidos dignamente.

Assim, o Brasil é visto internacionalmente como um país acolhedor, principalmente, agora, pelos venezuelanos, que pode ser justificado pelo número expressivo daqueles que já adentraram no país e puderam obter a concessão de refúgio.

Entretanto, alguns episódios de conflitos entre brasileiros e venezuelanos têm ocorridos na área de fronteira, quer por atitudes por partes dos imigrantes, quer pela repulsa por parte dos brasileiros, ora pela precarização dos serviços públicos que estão sendo pressionados pela demanda dos novos usuários, ora pela sensação de insegurança, conforme notícia publicada no site do periódico El País.⁵

Com isso, a Operação Acolhida emerge a toda essa situação, buscando responder a muitas questões migratórias, mas não plenamente, demandando outras ações mais específicas por parte do Governo brasileiro.

Destaca-se o emprego das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica), responsáveis pela Força-Tarefa Logística Humanitária, com a utilização de seu pessoal, instalações, materiais e meios de transportes, mas, não em defesa da Pátria, e, sim, em apoio a uma ação de ajuda humanitária, que será destacado na próxima seção.

⁵Ver: “O ‘monstro da xenofobia’ ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html . Acesso em 02/02/2020.

3 Operação Acolhida

A Operação Acolhida é a reunião de várias ações implementadas pelo Governo brasileiro com apoio de Agências da ONU e organizações da sociedade civil. É uma iniciativa para operacionalizar a assistência emergencial para o acolhimento de refugiados venezuelanos que adentraram e continuam adentrando no Brasil

Dentre essas ações, destaca-se a Força Tarefa Logística Humanitária para o Estado de Roraima e do Amazonas, considerada como a primeira missão de natureza humanitária em território nacional, sob a responsabilidade do Ministério da Defesa.

Segundo site do Ministério da Defesa,⁶ as Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) prestam esse apoio logístico à operação com ações em infraestrutura, transporte, saúde e administração. Já as Agências da ONU e entidades da sociedade civil prestam apoio dentro da Operação.

Para o Ministério da Defesa, esta Operação recebe duas denominações:

- Conjunta: pois reúne as três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica) e;
- Interagências⁷: que quer dizer, em apoio a órgãos públicos nacionais e internacionais.

Segundo Alonso e Aguillar (2018), desde o final da 2ª Guerra Mundial, as situações nas quais as Forças Armadas devem atuar afastam-se cada vez mais da guerra regular entre Estados e passam a ser mais provável sua atuação em situações como missões de paz, intervenções humanitárias e combate ao crime organizado.

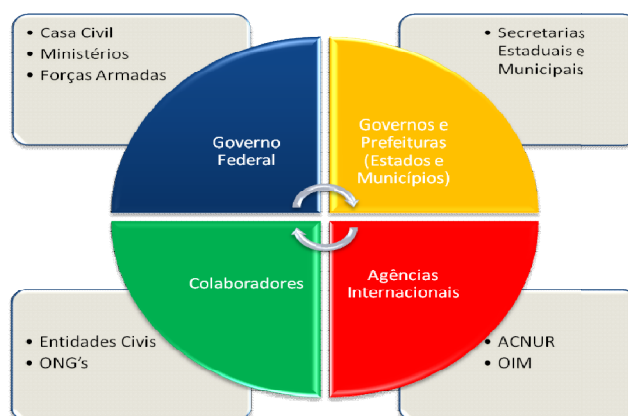
⁶ <https://www.defesa.gov.br>

⁷ O termo interagências deriva, então, da parceria e sinergia de esforços envolvendo órgãos governamentais e não governamentais, podendo ser nacionais e/ ou internacionais, estruturados para alcançar objetivos políticos e estratégicos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos, em resposta a problemas complexos, adotando ações coerentes e consistentes. (BRASIL, 2017)

3.1 Organização da Governança dos principais participantes na Operação

Diante dos dados obtidos, elaborou-se esse esquema de organização constando o processo de Governança, visando proporcionar, didaticamente, um melhor entendimento a respeito da estrutura dos envolvidos na Operação Acolhida, sem mencionar nomes específicos, a saber:

Organograma do Processo de Governança da Operação Acolhida



Elaboração do autor.

Segundo a ONU, a governança democrática traz avanços ao desenvolvimento, ao juntar esforços para lidar com tarefas como a erradicação da pobreza, a proteção ao meio ambiente, a garantia da igualdade de sexos, a proteção humanitária, e proporciona meios sustentáveis de subsistência.

O site do Exército⁸ apresenta uma página dedicada à Operação Acolhida, onde constam informações a respeito desta, proporcionando um acompanhamento das ações realizadas, podendo abrir imagens, ver vídeos, ouvir áudios e notícias diversas, contribuindo para a divulgação e transparência.

Nesse site foram coletados imagens e informações a respeito da participação das Forças Armadas na Operação acolhida, vistos como resultados, conforme abaixo:

⁸Disponível: <http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida> Acesso dia 05/04/2020.

PRESENÇA MILITAR NA OPERAÇÃO	IMAGEM	OBSERVAÇÃO
Coordenação da Operação		Designação de um Oficial General do Exército para a Coordenação Geral da Operação Acolhida.
Pessoal		Empregado nos mais diversos setores da Operação, desde a segurança e a recepção na fronteira, até o desembarque nas cidades de destino.
Instalações		<p>Utilizadas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Coordenação e planejamento; - Recepção de autoridades; - Alojamentos de tropas militares
Aviões		<p>Utilizados no transporte de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - tropas militares - materiais - imigrantes (interiorização)
Material		Emprego de diversos materiais, viaturas, além de ambulâncias e equipamentos hospitalares

3.2 Eixos da Operação

As ações da Operação são balizadas por três pilares: **acolhimento, abrigamento e interiorização**, visando proporcionar maior atenção aos imigrantes.

a. Acolhimento

Considerada a primeira fase da Operação, ela se destina à recepção dos imigrantes na fronteira, seguido da identificação, da vacinação e do controle. Ao entrar no país, o imigrante dirige-se ao Posto de Recepção e Identificação (PRI). Enquanto aguarda atendimento, conta com água, lanche e banheiros.

O PRI visa controlar o fluxo migratório, realizando a expedição de documentos e oferecendo auxílio médico ao imigrante em sua chegada.

POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

- Recepção e orientação aos imigrantes venezuelanos;
- Identificação e controle de entrada
- Imunização
- Defensoria Pública

POSTO DE TRIAGEM

- Cadastro e regularização migratória
- Emissão de CPF e carteira de trabalho
- Atendimento Social
- Proteção e Defesa de Direitos

POSTO DE ATENDIMENTO AVANÇADO

- Atenção médica de emergência e casos de isolamento

O protocolo é o documento de identidade no Brasil, válido por um ano e renovável até a decisão final. Ele concede ao imigrante o direito à Carteira de Trabalho e a todos os serviços públicos no Brasil. Esse documento está previsto no Decreto 9.277/2018, voltado para solicitantes de refúgio. Ele é emitido gratuitamente pela Polícia Federal (PF) e

entregue junto com o protocolo do pedido de refúgio. O documento é válido enquanto durar o processo de solicitação de refúgio e terá os mesmos efeitos do atual protocolo, dentre eles: o direito do solicitante de refúgio de tirar CPF e carteira de trabalho, abrir conta bancária e a ter acesso a serviços públicos como educação, saúde, previdência e assistência social.

b. Abrigamento

A assistência social compõe o segundo pilar da Operação. As pessoas desassistidas no país são encaminhadas para um dos 14 abrigos, assim distribuídos:

- 13 no estado de Roraima: 11 em Boa Vista e 2 em Pacaraima.
- 1 no Estado do Amazonas: 1 em Manaus.

A capacidade de abrigamento é de aproximadamente 6.000 imigrantes, sendo os abrigos organizados em feminino e masculino (pessoas sozinhas), familiar e especiais (indígenas).

Quanto à responsabilidade sobre os abrigos, existe uma diversificação conforme foram disponibilizados à época, ou seja, há abrigos sob cuidados federais, estaduais, municipais e sob a responsabilidade da ACNUR, sociedade civil ou mistos.

Os militares têm fornecido três refeições diárias para cada imigrante, realizado recolhimento de lixo nos abrigos, oferecido serviço de lavanderia, atendimento médico uma vez por semana, segurança, controle da entrada, instalação de TV e Internet, etc.

Para isso, também conta com o apoio das entidades e ONG para controlar e gerir as ações junto aos acolhidos.

c. Interiorização

É a terceira fase da Operação, que se destina ao apoio no deslocamento voluntário de venezuelanos de Roraima para outras Unidades da Federação, com objetivo de oferecer maiores oportunidades de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos e diminuir a pressão sobre os serviços públicos, naquele Estado.

Para ser atendido pelo Programa de interiorização, os venezuelanos passam pelos seguintes critérios:

- ✓ Regularização migratória
- ✓ Imunização
- ✓ Avaliação clínica
- ✓ Assinatura do termo de voluntariedade

Quanto aos destinos, foram definidas diferentes modalidades de interiorização, visando atender aos objetivos do imigrante:

- Para reunificação familiar (pais, irmãos, tios e primos)
- Reunião social (amigos e indicações)
- Vaga de trabalho sinalizada (indústrias, empresas de transportes, prestadoras de serviços e outros)

Abaixo, têm-se imagens do momento de desembarque de um grupo de venezuelanos interiorizados, por meio do uso de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). A outra imagem refere ao embarque em ônibus fretados, com destino com destino a cidade de Manaus-AM.

Voos comerciais também foram disponibilizados de acordo as ajudas oferecidas pelas iniciativas privadas.

3.3 Números da Operação Acolhida

A Casa Civil da Presidência da República traz os seguintes números acerca da Operação Acolhida (dados atualizados em 16/01/2020): 264.032 venezuelanos solicitaram regularização migratória, 889.859 atendimentos foram realizados na área de fronteira, 388.010 doses de vacinas foram administradas para os imigrantes, 129.558 venezuelanos solicitaram residência no Brasil, foram 216.738 atendimentos sociais e 246.000 CPFs emitidos.⁹

Ainda segundo informações da mesma fonte, desde o início da estratégia de

⁹Disponível em: <https://www.gov.br/acolhida/historico/> Acesso dia 05/02/2020.

interiorização, em abril de 2018, e até janeiro de 2020, já foram interiorizadas mais de 27 mil e duzentas pessoas, que seguiram para mais de 376 cidades brasileira de 24 Estados da Federação. Em 2019, com os esforços conjuntos realizados pelo Governo Federal, Agências das Nações Unidas, Organizações Não-Governamentais e Forças Armadas, foram interiorizadas mais de 19 mil pessoas.

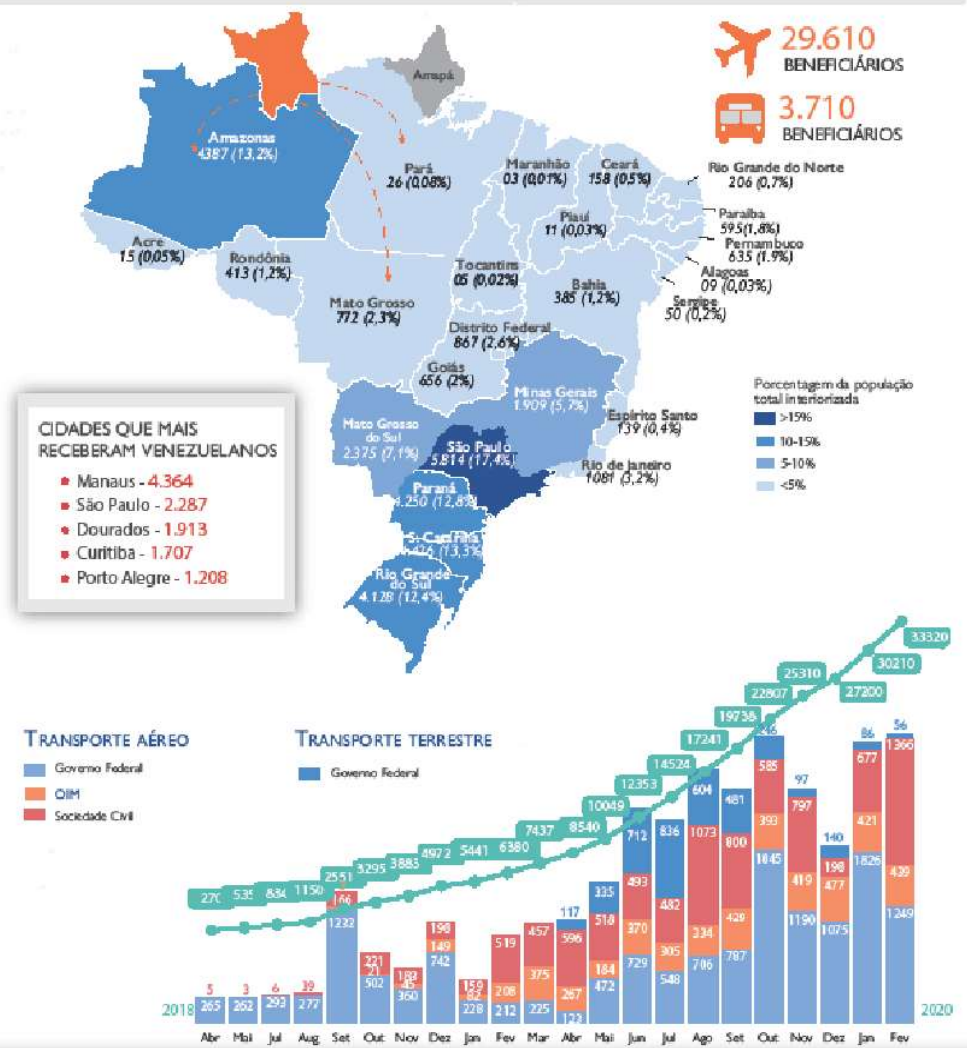
Outra fonte de informações sobre a Operação Acolhida é o site da r4v, uma plataforma de coordenação para refugiados e imigrantes das Agências da ONU, onde consta um acompanhamento sobre a imigração venezuelana, atualizadas no mês de fevereiro de 2020, destacando a interiorização, com os estados e o quantitativo de venezuelanos recebidos, além de outras informações conforme figura abaixo:

SUBCOMITÊ FEDERAL PARA INTERIORIZAÇÃO DOS IMIGRANTES
Deslocamentos assistidos de Venezuelanos



Brasil - Fevereiro/2020

33.320 BENEFICIÁRIOS DESDE ABRIL 2018



A interiorização é uma estratégia do Governo federal, com o apoio de agências das Nações Unidas, de governos estaduais e municipais e de parceiros da sociedade civil



Figura 5: disponível em: <https://r4v.info/es/documents/72086>

Considerações Finais

As informações apresentadas a respeito da Venezuela evidenciam que as conturbadas questões internas naquele país, como economia e política, tendem a assim continuar ainda por um bom período, pois o petróleo venezuelano sofre com os embargos comerciais e com os preços baixos, e o presidente Nicolás Maduro tem mandato previsto até o final de 2025. Além disso, o regime de Maduro demonstra uma grande resiliência, considerando as severas pressões externas a que está submetido.

Essa situação sugere para uma permanência ou o agravamento da crise, contribuindo significativamente para o fluxo de imigrantes na fronteira, resultando na continuidade da Operação Acolhida. Assim, ao passo que a crise interna venezuelana aumentar, aumentará também a pressão migratória nas fronteiras do país.

No que se refere às questões migratórias e seus reflexos em outros países, foi possível elaborar um esquema de análise, visando exemplificar melhor o processo de migração que se inicia em um país e chega a outro. Assim, o País “A” é representado pela Venezuela, e as motivações são representadas pela crise política e econômica. Ao centro tem-se a migração, sob o amparo do Direito internacional e do apoio dos organismos internacionais. De acordo com a situação do estrangeiro, ele pode ser reconhecido como refugiado ou como imigrante pelo país “B”, representado pelo Brasil, que adotou os procedimentos de acolhimento previstos na legislação nacional e pelos tratados internacionais.

Um fator positivo da Operação Acolhida que pode ser destacado é a estrutura e a organização proposta pelo Brasil, que buscaram reunir diversos agentes, nacionais e internacionais, com o mesmo propósito, proporcionando uma governança à altura dos quesitos propostos pelos organismos internacionais, servindo de referência para outras ações humanitárias.

Como oportunidades de melhorias, têm-se as questões de acolhimento de indígenas e o convívio com os outros imigrantes, uma vez que no Brasil já adentraram mais de **500 mil** venezuelanos, e estes já estão por diversas cidades brasileiras. Aliás, é importante destacar que uma boa parte desses imigrantes dificilmente retornará para o seu país de

origem, sobretudo aqueles que passaram pelo processo de interiorização.

A análise demonstra que a Operação Acolhida está estruturada em três seguimentos: a) Defesa Nacional; b) Segurança Nacional; e c) Ajuda Humanitária. Com relação à Defesa Nacional, está em seu âmbito o ordenamento e segurança das zonas de fronteiras do país e o emprego dos meios necessários para tal; quanto à Segurança Nacional, podemos destacar o controle de fluxos migratórios e de problemas daí derivados, principalmente em se tratando de um fluxo que irrompeu inesperadamente e em grande volume numa região desprovida de recursos para o seu controle; e com relação à Ajuda Humanitária, destaca-se, no âmbito da Operação Acolhida, os programas de acolhimento e a criação de uma infraestrutura que praticamente não existia na região, com a criação de abrigos, estruturas sanitárias, alimentação e etc.

Por fim, a Operação apresenta relevância de caráter internacional, contribui para a imagem do Brasil perante a comunidade internacional e, também, destaca a capacidade das Forças Armadas em atuar em apoio às ações de ajuda humanitária.

Fontes e Bibliografia

Sites

<https://www.acnur.org/portugues/> Acesso em: 27/03/2020.

<https://r4v.info/es/documents/download/72086> Acessado em: 02/05/2020.

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/24/internacional/1553458236_783517.html
Acessado em: 25/03/2019.

<https://www.conjur.com.br/2019-jan-21/mp-debate-povo-indigena-warao-imigracao-brasil> Acessado em, 29/04/2020.

<https://www.defesa.gov.br/noticias/53627-mais-de-5-mil-venezuelanos-sao-beneficiados-com-interiorizacao> Acessado em: 10/04/2020.

<http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida> Acessada em: 02/04/2020.

<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/operacao-acolhida> Acessado em: 20/04/2020.
<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/05/13/china-envia-novo-carregamento-de-ajuda-humanitaria-a-venezuela.ghtml> Acessado em: 20/06/2019.

<https://nacoesunidas.org/acnur-elogia-decisao-do-brasil-de-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/> Acessado em: 04/04/2020.

<https://nacoesunidas.org/acao/governanca/> Acessado em: 28/04/2020.

<https://veja.abril.com.br/mundo/onu-situacao-de-indios-venezuelanos-no-brasil-e-tragica/>
Acesso em: 27/03/2020.

ONU. Declaração Universal dos direitos humanos. Disponível em: www.acnur.com

Fontes Impressas

- AGUILLAR, Sergio Luiz; ALONSO, Izabela Zorat. *Os desafios da Política Externa e Segurança no Século XXI*. 2018.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Lei N.º 9.474 de 22 de julho de 1997. (Dispõe sobre a Lei Nacional dos Refugiados).
- BRASIL. Lei Nº 13.684, de 21 de junho de 2018. (Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências).
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Relatórios da Operação Acolhida*. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Operações Interagências*. Brasília, DF, 2ª Ed. 2017.
- JATOBÁ, Daniel. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo, Saraiva, 2013.
- MOREIRA, Gabriel Boff. *A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil*. Brasília, FUNAG, 2018.
- MORGENTHAU, Hans J. *A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: UNB/IPRI, 2003.
- ONU. Assembleia Geral. Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. 1950. (Resolução 428 (V) de 14 de dezembro de 1950).

- VAZ, Alcides Costa. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. *Análise Estratégica*, n. 3, 2016.